SUMÁRIO

PREFÁCIO POR HERMES MARCELO HUCK 11

PREFÁCIO POR HÉLÈNE RUIZ FABRI 15

INTRODUÇÃO 25

I. ASPECTOS FUNDAMENTAIS SOBRE O INTERESSE PÚBLICO NO ANTIDUMPING 29

1.1 A EVOLUÇÃO DO ANTIDUMPING 30

1.1.1 A construção jurídica do antidumping 30

1.1.2 As negociações do Acordo Antidumping e o protecionismo 34

1.1.3 A aplicação do Acordo Antidumping 38

1.1.3.1 A aplicação de medidas antidumping pelos países desenvolvidos 39

1.1.3.2 Aplicação do acordo pelos países em desenvolvimento . 40

1.1.4 As críticas mais frequentes 43

1.1.4.1 A difícil definição do produto similar 44

1.1.4.2 O problema do dano e sua ameaça 47

1.1.4.3 O uso da melhor informação disponível como disfarce da discricionariedade 50

1.1.4.4 A necessidade de transparência 52

1.2 A CONSIDERAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO NO ANTIDUMPING 55

1.2.1 As negociações do interesse público 56

1.2.1.1 Negociações sobre interesse público no GATT 57

1.2.1.2 Negociações sob a égide da OMC 60

1.2.1.3 As propostas de redação do teste e suas críticas 67

1.2.1.4 A regra do menor direito 73

1.2.2 A aplicação pelos Membros que já adotam a cláusula 76

1.2.2.1 O teste do interesse público na Comunidade Europeia.. 76

1.2.2.1.1 O procedimento 77

1.2.2.1.2 Posição da Comunidade Europeia nas negociações sobre interesse público na OMC 83

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.2.2.1.3 A jurisprudência europeia sobre interesse comunitário 85
1.2.2.2 A aplicação pelo Brasil 90
1.2.2.2.1 O procedimento 91
1.2.2.2.2 A opinião do Brasil nas negociações sobre interesse público na OMC 93
1.2.2.2.3 A jurisprudência brasileira sobre interesse público no antidumping 94
1.3 A INDETERMINAÇÃO DA NOÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO 96
1.3.1 O aspecto jurídico do interesse público 98
1.3.2 As pressões que influenciam a formação do interesse público 101
1.3.2.1 O grupo de pressão na formação do interesse público 101
1.3.2.2 O comportamento dos grupos na União Europeia 105
1.3.2.3 O comportamento dos grupos no Brasil 108
1.3.3 A indeterminação do interesse público e protecionismo 112
1.3.3.1 O interesse protecionista no comércio internacional 112
1.3.3.2 O protecionismo no antidumping 115
1.4 CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE 117
II. O CONTEÚDO DO INTERESSE PÚBLICO NO ANTIDUMPING 119
2.1 A IMPORTÂNCIA DA DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS 120
2.2 O DIFÍCIL BALANÇO ENTRE ESTES CRITÉRIOS 124
2.3 OS CRITÉRIOS FREQUENTES 127
2.3.1 A concorrência como interesse público no antidumping 128
2.3.1.1 A análise do comércio internacional na defesa da concorrência 128
2.3.1.1.1 As negociações multilaterais para a proteção da concorrência global 129
2.3.1.1.2 Pontos a serem observados pelas autoridades de concorrência 137
2.3.1.1.2.1 A delimitação do mercado relevante 138
2.3.1.1.2.2 A análise das barreiras à entrada 141
2.3.1.1.2.3 Carteis e restrições verticais internacionais 142

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.1.1.2.4 Análise das concentrações econômicas que afetam o comércio internacional 147
2.3.1.2 As semelhanças e diferenças entre comércio internacional e concorrência 148
2.3.1.2.1 As semelhanças..... 149
2.3.1.2.2 O conflito entre concorrência e defesa comercial..... 151
2.3.1.2.2.1 O dumping não predatório (mera discriminação de preços) é procompetitivo 152
2.3.1.2.2.2 A insuficiência da teoria concorrencial para a realização dos objetivos do antidumping..... 155
2.3.1.2.3 A substituição do antidumping pela defesa da concorrência 157
2.3.1.3 A defesa da concorrência como interesse público no antidumping 162
2.3.1.3.1 O direito da concorrência como instrumento para implementar políticas 163
2.3.1.3.2 Os objetivos da defesa da concorrência..... 167
2.3.1.3.3 A concorrência e o consumidor 174
2.3.1.4 A análise concorrencial pelas autoridades de defesa comercial..... 177
2.3.2 A proteção ao emprego como interesse público no antidumping 183
2.3.2.1 A relação entre comércio internacional e o emprego 183
2.3.2.2 O emprego como preocupação no antidumping..... 187
2.3.2.3 Por que não proteger os empregos da indústria doméstica 188
2.3.2.4 Proteger quais empregos?..... 192
2.3.3 O desenvolvimento tecnológico e industrial como interesse público no antidumping 195
2.3.3.1 A relação entre comércio internacional e desenvolvimento tecnológico e industrial..... 196
2.3.3.2 O desenvolvimento tecnológico e industrial como interesse público no antidumping..... 198
2.3.3.3 A indevida proteção dos setores estratégicos 199

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.3.4 Como conjugar desenvolvimento e interesse público no antidumping 202
2.4 Conclusão da segunda parte 203
III. QUESTÕES PROCESSUAIS RELACIONADAS À ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO NO ANTIDUMPING 205
3.1 QUEM SÃO AS PARTES INTERESSADAS EM SUBMETER CONSIDERAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO 205
3.1.1 O interesse individual formador do interesse público no antidumping 207
3.1.1.1 Interesses das empresas em uma investigação antidumping 207
3.1.1.2 A globalização das partes interessadas 212
3.1.2 As partes interessadas 215
3.1.2.1 Indústria doméstica 215
3.1.2.2 Importadores 216
3.1.2.3 Usuários industriais 218
3.1.2.4 Consumidores e suas associações 221
3.1.2.5 Exportadores 222
3.2 DIREITOS E DEVERES PROCESSUAIS DAS PARTES INTERESSADAS 223
3.3 QUAL O MOMENTO DA CONSIDERAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO 225
3.3.1 Antes da abertura da investigação 225
3.3.2 Na aplicação de medidas provisórias 227
3.3.3 Na desistência do peticionário 229
3.3.4 Na aplicação de medidas definitivas 230
3.3.5 Na celebração de compromissos de preços 231
3.3.6 Na revisão 234
3.3.7 Consideração do interesse público para a aplicação de um direito mais flexível 235
3.4. A AUTORIDADE COMPETENTE PARA A ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO 236
3.4.1 A autoridade concorrencial 239
3.4.2 A autoridade de defesa comercial 241
3.4.3 A necessária independência da autoridade 243
3.5. A POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA .. 247
3.5.1 Revisão pelo Poder Judiciário 245

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.5.1.1 A revisão da decisão de interesse público pelo Poder Judiciário 246
3.5.1.2 A legitimidade ativa para recorrer ao Poder Judiciário no caso de conflito sobre o interesse público 248
3.5.2 Pelo mecanismo de solução de controvérsias da OMC 249
3.5.2.1 Critério de exame pelo órgão de solução de controvérsias da OMC 249
3.5.2.2 Competência do órgão de solução de controvérsias para a análise de decisões nacionais de caráter político . 253
3.5.2.3 Exame da decisão nacional sobre interesse público 258
3.6 CONCLUSÃO DA TERCEIRA PARTE 262

BIBLIOGRAFIA 263

ANEXOS

Documentos de negociação na OMC 277
Jurisprudência brasileira 280
Jurisprudência europeia 281
Jurisprudência OMC 284

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br